

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 12 de março de 2012.

Edição nº 889

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos.....2

Boletins de Pessoal3

Súmulas de contratos.....3

Editais.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de março de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 889

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 0385/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, **EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, a Portaria n.º 2056/2011, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça de Torres, na forma que segue:

Promotoria de Justiça de Torres:

1º Promotor de Justiça: atuação nos processos criminais ímpares, em todos os processos de execução criminal e os relativos ao júri;

2º Promotor de Justiça: atuação em processos cíveis, Idoso, Saúde, Cidadania, Ordem Urbanística e Consumidor;

3º Promotor de Justiça: atuação na área da Infância e Juventude, nos processos criminais pares e nos atinentes à Lei Maria da Penha;

Promotor de Justiça Substituto de entrância intermediária designado para a Promotoria de Justiça de Torres: atuação nos feitos relativos ao Juizado Especial Criminal e matéria relativa à Improbidade Administrativa e Meio Ambiente.

Esta Portaria, relativa à prorrogação da disposição outrora firmada, vigorará no período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2012, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

PORTARIA N.º 0392/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, **EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, a Portaria n.º 2781/2011, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça de Itaqui, na forma que segue:

Promotoria de Justiça de Itaqui:

1º Promotor de Justiça: 1ª Vara Judicial, bem como instauração de Inquérito Civil ou Peças de Informação e ajuizar Ações Cíveis Públicas em matérias relativas à Improbidade Administrativa;

2º Promotor de Justiça: 2ª Vara Judicial; JECrim; Defesa Comunitária (exceto Improbidade Administrativa); Infância e Juventude;

Esta Portaria, relativa à prorrogação da disposição outrora firmada, vigorará no período compreendido entre 01 de março e 31 de agosto de 2012, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de março de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 0434/2012

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, **SPU.PR.01055.00247/2011-4**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 09 de março de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 0447/2012

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, **SPU.PR.01055.00233/2011-4**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 09 de março de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de março de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 889

BOLETIM N.º 089/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a contar de 12 de março de 2012, o servidor GENARO DE GIAMPIETRO VAZ, ID n.º 3513246, do cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 0436/2012).

NOMEAR

- ROVENA ZANCHET, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 0437/2012).

REDUZIR

- no período compreendido entre 12 de março e 15 de julho de 2012, a carga horária da servidora CÍNTIA VIEIRA SOUTO, Assessora – Bacharel em História, ID n.º 3443353, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 7º da lei n.º 7.253/79 (PR.01161.00037/2008-6 - Port. 0237/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO

Processo PR.01075.00895/2012-4

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Instituto Educacional Integrado Ltda., CNPJ nº 89.948.822/0001-02; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 0-8/02/2012; Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça, Gerson Luiz Bittencourt Trindade, Diretor.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de março de 2012.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º 339-09.00/12-0

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/12

No dia 08 de março de 2012, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa LIC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA. vencedora dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.
1	Café torrado e moído, extra forte, embalado à vácuo, em caixas ou embalagens de 500 G, com validade mínima de 01 (um) ano.	2.000	R\$ 4,80

2	Açúcar refinado, embalado em pacotes de 1 Kg, com validade mínima de 01 (um) ano.	300	R\$ 1,85
---	---	-----	----------

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 E 33/08, a Lei Federal n.º10.520/02, Lei Estadual n.º 11.389/99, Lei Estadual n.º 13.191/09 e a Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de março de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.25582

CONTRATADA: MICROPOWER COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.; **OBJETO:** aquisição de 01 (uma) licença e 03 (três) upgrades do software Virtual Vision 7.0; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.120,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 08/03/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de março de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO N.º 3191-09.00/11-6 COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS N.º 122/11

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, aplicar à EDELMAR ROGÉRIO ANTUNES BRUM ME as sanções de multa, no valor de R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de 04 (quatro) meses, com a consequente inscrição no CFIL/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de março de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO N.º 2633-09.00/11-4 COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS N.º 95/11

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, rescindir o ajuste e



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de março de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 889

aplicar à FENÍCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA. a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de 01 (um) mês, com a consequente inscrição no CFIL/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de março de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 52/2012

REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, **DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de março de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 53/2012

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, **DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de março de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 54/2012

Resultado do Edital nº 37/2012 – REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, **DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00130/2012-2, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 37/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de março de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 02/2012 - CAOMA

A COORDENADORA DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) **Inquérito Civil nº 00710.00002/2012**, da Promotoria de Justiça de Agudo, pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, com a finalidade apurar possível dano ambiental na localidade de Linha Patrimônio, interior de Paraíso do Sul, consistente no desmatamento em área de preservação permanente e depósito de madeira nativa, sem licença do órgão ambiental competente.

ALEGRETE

1) **Inquérito Civil nº 00711.00014/2012**, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, com a finalidade de apurar o funcionamento de bomba de combustível automotivo sem licença do órgão ambiental competente.

2) **Inquérito Civil nº 00711.00015/2012**, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, com a finalidade de apurar descarte irregular de efluentes em rede de esgoto pluvial.

ARROIO GRANDE

1) **Inquérito Civil nº 00716.00001/2012**, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de desmatamento ocorrido em propriedade de Carlos Rodelci Medeiros Arrupes, localizada no Corredor da Carcatala, zona rural do município de Arroio Grande.



AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil nº 00937.00001/2012, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos com a finalidade de regularização do POÇO TUBULAR PROFUNDO DE USO INDIVIDUAL situado na Localidade de Fundo Grande, interior do Município de Augusto Pestana/RS, na propriedade da Sra. Neuza Maria de Souza Schmidt, residente na Rua José Norbert, 1827, Centro, no Município de Augusto Pestana/RS.

2) Inquérito Civil nº 00937.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar regularização do poço tubular profundo de uso individual situado na Localidade de Espinilho, interior do Município de Jóia/RS, na propriedade do Sr. Valir Basso, residente na Localidade de Espinilho, interior do Município de Jóia/RS.

3) Inquérito Civil nº 00937.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar regularização do poço tubular profundo de uso individual situado na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS, na propriedade do Sr. Odenir José Basso, residente na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS.

4) Inquérito Civil nº 00937.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar regularização do poço tubular profundo de uso individual situado na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS, na propriedade do Sr. Arthemis Joaquim Balzan, residente na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS.

5) Inquérito Civil nº 00937.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar regularização do poço tubular profundo de uso individual situado na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS, na propriedade do Sr. Cyro Kroth, residente na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS.

6) Inquérito Civil nº 00937.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar regularização do poço tubular profundo de uso individual situado na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS, na propriedade do Sr. Rudi Kroth, residente na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS.

7) Inquérito Civil nº 00937.00008/2012, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar regularização do poço tubular profundo de uso individual situado na Localidade de Rincão dos Machado, interior do Município de Jóia/RS, na propriedade do Sr. Deloci Augusto da Ross Ceolin, residente na Localidade de Rincão dos Machado, interior do Município de Jóia/RS.

BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 00718.000005/2012 da Promotoria de Justiça de Bagé, pela Promotora de Justiça Maria Cougo Oli-

veira, com a finalidade de apurar poluição sonora e perturbação da tranquilidade em face da venda de bebida alcoólica durante todo o período noturno.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar dano em nascente localizada na Av. São Roque, 2255, Bairro São Roque, em virtude de realização de terraplenagem.

2) Inquérito Civil nº 00722.00008/2012, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar a ocorrência de delito ambiental em face de construção em Área de Preservação Permanente em desacordo com a legislação ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00722.00009/2012, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar a ocorrência de delito ambiental pelo corte de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, bem como fazer uso do fogo.

4) Inquérito Civil nº 00722.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar a ocorrência de delito ambiental pelo corte de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, bem como fazer uso do fogo.

5) Inquérito Civil nº 00722.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar a ocorrência de delito ambiental face a inexistência de licença ambiental para a atividade.

6) Inquérito Civil nº 00722.00012/2012, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar a ocorrência de delito ambiental face da queima de resíduos sólidos, ocasionando o lançamento de material particulado na atmosfera.

BOM JESUS

1) Inquérito Civil nº 00725.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na Localidade da Fazenda Olho d'água, no Município de Bom Jesus/RS, atingindo uma área de 6,47 hectares (seis vírgula quarenta e sete hectares) de campo nativo fora de APP.

2) Inquérito Civil nº 00725.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na Localidade do Paschoal, no Município de Bom Jesus/RS, atingindo uma área total de 4,89 hectares (quatro vírgula oitenta e nove hectares) de campo nativo fora de APP.

3) Inquérito Civil nº 00725.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na Localidade do Silveira, no Município de São José dos Ausentes/RS, atingindo uma área total de 0,42 hectares (zero vírgula quarenta e



dois hectares) de campo nativo fora de APP.

4) Inquérito Civil nº 00725.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na Localidade Caizinho, no Município de Bom Jesus/RS, atingindo uma área total de 21,55 hectares (vinte e um vírgula cinquenta e cinco hectares) de campo nativo fora de APP.

5) Inquérito Civil nº 00725.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na Fazenda dos Ausentes, próximo a Estrada Antiga, no Município de São José dos Ausentes/RS, atingindo uma área total de 40,01 hectares (quarenta vírgula zero um hectares) de campo nativo fora de APP.

6) Inquérito Civil nº 00725.00008/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na Localidade Estrada Linha Pascoal, próximo ao Rio dos Touros, no Município de Bom Jesus/RS, atingindo uma área total de 38,59 hectares (trinta e oito vírgula cinquenta e nove hectares) de campo nativo fora de APP.

7) Inquérito Civil nº 00725.00009/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na BR 285, Km 75, no Município de Bom Jesus/RS, atingindo uma área total de 8,77 hectares (oito vírgula setenta e sete hectares) de campo nativo fora de APP.

8) Inquérito Civil nº 00725.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na Faxinal dos Pelúcios, RS 110, no Município de Jaquirana/RS, atingindo uma área total de 4,9 hectares (quatro vírgula nove hectares) de campo nativo fora de APP.

9) Inquérito Civil nº 00725.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queimada de campo nativo em atividade agropastoril, na BR 285, próximo à Serraria do Roque, no Município de Bom Jesus/RS, atingindo uma área total de 7,42 hectares (sete vírgula quarenta e dois hectares) de campo nativo fora de APP.

10) Inquérito Civil nº 00725.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Luis Augusto Gonçalves Costa com a finalidade de apurar – investigação do Município de Bom Jesus sobre possíveis casos de negligência com animais- cachorros, gatos, etc., os quais se encontram soltos na rua.

11) Inquérito Civil nº 00725.00014/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt com a finalidade de apurar confecção de açude sem autorização do órgão competente, em Área de Preservação Permanente (APP) – banhado –, atingindo 0,43ha (zero vírgula quarenta e três hectares); e apuração do emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atin-

gindo 12,50ha (doze vírgula cinquenta hectares), Fora de Área de Preservação Permanente (FAPP); na propriedade da pessoa física investigada, localizada no Matemático, em Bom Jesus/RS.

12) Inquérito Civil nº 00725.00015/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt com a finalidade de apurar poluição de solo, com descarte de resíduos do tipo hospitalar, diretamente no solo, com emprego de fogo, nos fundos do hospital, sob responsabilidade da pessoa jurídica investigada, em Bom Jesus/RS.

CACHOEIRA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00728.00007/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Marcela Romera, com a finalidade de apurar ocorrência de danos ambientais decorrentes da construção de obra potencialmente poluidora, consistente no barramento do curso natural da água do rio Irapuá.

2) Inquérito Civil nº 00728.00008/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Marcela Romera, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental pela prática de desmatamento e queimada sem licença ambiental na localidade de Alto Cerro Branco.

3) Inquérito Civil nº 00728.00009/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Marcela Romera, com a finalidade de apurar a ocorrência de crime ambiental pela extração de cascalho e supressão de vegetação nativa sem licença ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00728.00010/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pelo Promotor de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da construção de obra potencialmente poluidora, consistente no barramento do curso natural da água.

5) Inquérito Civil nº 00728.00011/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pelo Promotor de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da construção de obra potencialmente poluidora, consistente no aterramento de área localizada em APP.

CACHOEIRINHA

1) Inquérito Civil nº 01127.00007/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar eventual poluição sonora no Bar do Valdirão.

2) Inquérito Civil nº 01127.00008/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar suposta poda irregular em propriedade particular, sem solicitação ou autorização.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00748.00017/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Janaina de Carli Dos Santos, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa sem licença ambiental.



2) Inquérito Civil nº 00748.00019/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Janaina de Carli Dos Santos, com a finalidade de investigar atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00748.00020/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Janaina de Carli Dos Santos, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente consistentes em intervenção em área de preservação permanente.

4) Inquérito Civil nº 00748.00021/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Nair Christina Schoeller de Moraes, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais causados por atividade potencialmente poluidora, sem licenciamento.

5) Inquérito Civil nº 00748.00022/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Nair Christina Schoeller de Moraes, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente consistentes em supressão de vegetação nativa e intervenção em área de preservação permanente.

6) Inquérito Civil nº 00748.00023/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Nair Christina Schoeller de Moraes, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais pelo descarte irregular de efluentes das atividades da empresa.

7) Inquérito Civil nº 00748.00036/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente consistentes em intervenção em área de preservação permanente.

8) Inquérito Civil nº 00748.00036/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente consistentes em intervenção em área de preservação permanente.

9) Inquérito Civil nº 00748.00039/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente consistentes em supressão de vegetação nativa sem Licença ambiental.

10) Inquérito Civil nº 00748.00040/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente consistentes em intervenção em área de preservação permanente.

11) Inquérito Civil nº 00748.00041/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais causados por atividades de reciclagem sem licenciamento ambiental.

12) Inquérito Civil nº 00748.00043/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa sem licença ambiental.

13) Inquérito Civil nº 00748.00044/2012, da Promotoria de

Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa sem licenciamento ambiental.

14) Inquérito Civil nº 00748.00045/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa sem licenciamento ambiental.

15) Inquérito Civil nº 00748.00046/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente consistentes em supressão de vegetação nativa sem Licença Ambiental em loteamento irregular.

16) Inquérito Civil nº 00748.00047/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar exercício de atividade potencialmente poluidora, sem licença de operação.

17) Inquérito Civil nº 00748.00048/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar intervenção em área de preservação permanente, sem licenciamento ambiental.

18) Inquérito Civil nº 00748.00052/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar utilização de fogo em desacordo com a legislação florestal competente.

19) Inquérito Civil nº 00748.00053/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar exercício de atividade potencialmente poluidora-reciclagem, sem licenciamento ambiental.

CAMPO NOVO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria de instauração nº 03/2012, da Promotoria de Justiça de Campo Novo, pela Promotora de Justiça Eduardo Bodanezi Lorenzi, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no corte de 01 (uma) árvore da espécie Araucária e na supressão de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração natural na borda de mato da propriedade de Leoni Agnoletto, situada no Assentamento Nossa Senhora Aparecida III, no Município de Braga (RS), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil nº 00949.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual interrupção do fluxo natural de águas pluviais no entorno do condomínio Atlântida Ilhas Park, em virtude de obras realizadas pelo condomínio Carmel, ambos localizados no Município de Xangri-Lá, o que vem causando alagamentos na região.

2) Inquérito Civil nº 00949.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar even-



tual corte de vegetação nativa com abuso de licença, bem como uso de moto serra sem licença de porte e uso.

3) Inquérito Civil nº 00949.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de eventual produção de poluição sonora decorrente do alto som provocado pelo estabelecimento denominado Bifão de Cinema, localizado na Avenida Amor Perfeito, n.º 3811, Distrito de Capão Novo, em Capão da Canoa.

4) Inquérito Civil nº 00949.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar a construção de um edifício residencial (Sawaya Prime Square), onde existia um antigo posto de gasolina, provavelmente sem o atendimento à Resolução n.º 273 do CONAMA, que determina a descontaminação do solo após o fim da atividade, localizado na Av. Paraguassu, esquina com a Rua Tiaraju, em Capão da Canoa/RS.

5) Inquérito Civil nº 00949.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de verificar qual é o posicionamento da FEPAM quanto à definição da extensão de faixa de área de preservação permanente, em restinga, a partir da linha de preamar, diante da Resolução 303/2002 do CONAMA.

6) Inquérito Civil nº 00949.00012/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades no funcionamento do estabelecimento denominado Tornearia do João, localizado na Rua João Cristiano Scheffer Filho, n.º 106, Bairro Centro, em Capão da Canoa, de responsabilidade de Rodrigo Ferreira dos Santos.

7) Inquérito Civil nº 00949.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de despejo de resíduos sólidos no terreno de propriedade de João Carlos Pereira Dias, que fica localizado na Rua Thomás Espíndola, s/n, Bairro Zona Nova, em Capão da Canoa.

8) Inquérito Civil nº 00949.00014/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual transporte irregular de resíduos e de sanitários ecológicos, sem licença ambiental expedida pela FEPAM, realizado pela empresa de responsabilidade de Ivan Machado Guntzel.

9) Inquérito Civil nº 00949.00015/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual descarte de resíduos sólidos diretamente no solo e a céu aberto, sem licença ambiental, na área de preservação permanente próxima à Rua Onório Germano, em frente ao n.º 1850, Bairro Araçá, em Capão da Canoa.

10) Inquérito Civil nº 00949.00016/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual funcionamento irregular de oficina mecânica que atua sem possuir alvará municipal e PPCI, localizada na Rua Honório

Germano, n.º 811 ou 813, Bairro São Jorge, em Capão da Canoa.

11) Inquérito Civil nº 00949.00017/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual lançamento de água servida em via pública, a partir da fossa existente no empreendimento denominado Xangri-Lá Praia Hotel, localizado na Avenida Paraguassu, n.º 1910, Bairro Centro, em Xangri-Lá, de responsabilidade de Frank Coelho da Silva.

12) Inquérito Civil nº 00949.00018/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual lançamento de resíduos sólidos em via pública, possivelmente praticado por Jorge Luiz Gomes dos Reis, especificamente no final da Rua dos Narcisos, na esquina com a Avenida Norte, no Município de Xangri-Lá/RS.

13) Inquérito Civil nº 00949.00019/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades no funcionamento de um estabelecimento de comércio e depósito de gás liquefeito de petróleo, localizado Rua da Pescaria, n.º 975, Bairro Santa Luzia, em Capão da Canoa/RS.

14) Inquérito Civil nº 00949.00020/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual criação irregular de pássaros, sem licença ambiental, promovida pelo Sr. Julio Cesar Ramos Fraga, residente na Rua Gaspar Grizza, n.º 1177, Bairro Zona Nova, em Capão da Canoa.

15) Inquérito Civil nº 00949.00021/2012 da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual existência de um depósito de resíduos sólidos recicláveis funcionando sem licença ambiental expedida pela FEPAM, bem como possível criação de animais domésticos em área de perímetro urbano, na Rua 55, n.º 92, Bairro Parque Antártica, em Capão da Canoa.

CERRO LARGO

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00751.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira, com a finalidade de substituir, na condição de investigado, o Sr. Lirio Bavaresco pela empresa Eletrosul Centrais Elétricas SA, com sede na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal, CEP: 88040-901, Florianópolis, SC.

CONSTANTINA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 06/2012, da Promotoria de Justiça de Constantina, pela Promotora de Justiça Kátia Regina Griza, com a finalidade de apurar irregularidades no funcionamento de empresa que atua na atividade de chapeação e pintura, de propriedade do investigado, consistente em operar o empreendimento em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente e outras irregularidades noticiadas no Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.1.247.11.11, encaminhado pelo 2º Grupo de Polícia Ambiental de Carazinho.



2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 07/2012, da Promotoria de Justiça de Constantina, pela Promotora de Justiça Kátia Regina Griza, com a finalidade apurar irregularidades no funcionamento de empresa que atua na atividade de chapeação e pintura, de propriedade do investigado, consistente em operar o empreendimento em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente e outras irregularidades noticiadas no Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.1.248.11.11, encaminhado pelo 2º Grupo de Polícia Ambiental de Carazinho.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 07/2012, da Promotoria de Justiça de Constantina, pela Promotora de Justiça Kátia Regina Griza, com a finalidade apurar irregularidades no funcionamento da empresa Metal Cristi, que atua na atividade de metalúrgica, de propriedade do investigado, especialmente no que se refere à ausência de licença do órgão ambiental competente para o funcionamento da atividade e outras irregularidades noticiadas no Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.1.273-12-11, encaminhado pelo 2º Grupo de Polícia Ambiental de Carazinho.

CORONEL BICACO

1) Inquérito civil nº 00941.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, pelo Promotor de Justiça Eduardo Bodanezi Lorenzi, com a finalidade de investigar possível dano ambiental consistente na limpeza de uma vala de drenagem em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente, na localidade Vila São Pedro, interior do Município de Coronel Bicaco/RS.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00010/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência do esvaziamento de um açude, sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade do investigado.

2) Inquérito Civil nº 00754.00011/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência do esvaziamento de um açude, sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade do investigado.

3) Inquérito Civil nº 00754.00012/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de danos ambientais, na propriedade do investigado, em razão de construção e lançamentos de detritos irregulares.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil nº 00760.00001/2012, da Promotoria de Justiça de Encantado, pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, com a finalidade de apurar irregularidades no funcionamento da olaria de propriedade de José Inácio Secchi, localizada na Linha Sete de Setembro, no Município de Roca Sales.

2) Inquérito Civil nº 00760.00001/2012, da Promotoria de Justiça de Encantado, pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, com a finalidade de investigar prática de crime ambiental de captura e venda de pássaros silvestres.

ENCRUZILHADA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00761.00014/2012, da Promotoria de Encruzilhada do Sul, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de investigar as empresas madeireiras do município de Encruzilhada do Sul quanto devido licenciamento ambiental e, caso positivo, se atuam em conformidade e nos limites desse licenciamento.

ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 00762.00003/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a irregular emissão de alvará de localização e funcionamento em favor de boate em local proibido pelo Plano Diretor e sem prévia verificação da eficiência de projeto de isolamento acústico, constando como investigados o Município de Erechim e Frat Comércio e Eventos Ltda. (Frat Social Club).

2) Inquérito Civil nº 00762.00150/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de maus tratos a gatos, na Rua Carlos Kehlers, ao lado do n.º 335, em Erechim, tendo como reclamante Ivone da Silva Medeiros e como investigadas Zélia Viero e Diva Massochim.

FARROUPILHA

1) Inquérito Civil nº 00771.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar poluição atmosférica decorrente da queima de resíduos sólidos a céu aberto.

2) Inquérito Civil nº 00771.00008/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar dano ambiental em APP, decorrente do aterro de uma nascente e lago natural.

3) Inquérito Civil nº 00771.00009/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar exercício de atividade potencialmente poluidora sem Licença de Operação.

4) Inquérito Civil nº 00771.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar dano ambiental em área de preservação permanente, localizada na Linha Palmeiro, interior de Farroupilha.

5) Inquérito Civil nº 00771.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar poluição sonora.

6) Inquérito Civil nº 00771.00012/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de poluição sonora.

FREDERICO WESTPHALEN

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 11/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pelo uso de fogo em vegetação de origem nativa e corte raso, em uma área de 3.000 m², sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 12/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pela Promo-



tora de Justiça Andrea Almeida Barros, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pela morte de 18 árvores, acelerando a sua desvitalização através do corte da casca ao pé do seu tronco.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 13/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pelo depósito irregular de madeira nativa, sem licença ambiental.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 10/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pelo uso de trator para a limpeza de área de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente.

GETÚLIO VARGAS

1) Portaria de conversão nº 03/2012 do Inquérito Civil nº 00780.00027/2011, pela Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar a prática de atividades irregulares pela empresa "Bar 100%", que acarretam em perturbação da tranquilidade dos moradores e clientes dos demais estabelecimentos localizados próximos ao referido bar.

GUAPORÉ

1) Inquérito Civil nº 00788.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar solicitação de Licença de Operação para a regularização da atividade de criação de suínos em terminação com manejo de dejetos líquidos em área de preservação permanente (APP).

2) Inquérito Civil nº 00788.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de aves de corte em área de preservação permanente (APP).

3) Inquérito Civil nº 00788.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de aves de corte em área de preservação permanente (APP).

4) Inquérito Civil nº 00788.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de aves de corte em área de preservação permanente (APP).

5) Inquérito Civil nº 00788.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de aves de corte em área de preservação permanente (APP).

6) Inquérito Civil nº 00788.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de aves de corte em área de preservação permanente (APP).

7) Inquérito Civil nº 00788.00008/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo

Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de aves de corte em área de preservação permanente (APP).

8) Inquérito Civil nº 00788.00009/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de aves de corte em desacordo com a legislação ambiental.

9) Inquérito Civil nº 00788.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar atividade de criação de suínos de corte em desacordo com a legislação ambiental.

10) Inquérito Civil nº 00788.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar desenvolvimento de atividade em provável desacordo com a Licença de Operação.

11) Inquérito Civil nº 00788.00012/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar corte raso de formação nativa, sem a devida autorização da autoridade competente.

12) Inquérito Civil nº 00788.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar corte de formação nativa, sem a devida Licença Ambiental.

13) Inquérito Civil nº 00788.00014/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar o corte raso de formação nativa, sem a devida Licença Ambiental, bem como a utilização de motosserra sem registro.

14) Inquérito Civil nº 00788.00015/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar o descarte de efluentes sem tratamento prévio, bem como, o desenvolvimento de atividades em desacordo com a Legislação Ambiental.

15) Inquérito Civil nº 00788.00016/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar corte de formação nativa, sem a devida Licença Ambiental.

16) Inquérito Civil nº 00788.00017/2012, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar a intervenção, para prolongamento de via, em Área de Preservação Permanente causada pela prefeitura Municipal de União da Serra.

HERVAL

1) Inquérito Civil nº 00790.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar deficiências e irregularidades no Parque do Sindicato Rural de Herval, com maus tratos aos animais quando dos remates ou exposições.

2) Inquérito Civil nº 00790.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar esgoto a céu aberto na rua Francisco Osmídio Ferreira causando degradação ambiental.



IBIRUBÁ

1) Inquérito Civil nº 00792.00001/2012, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça, Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de investigar o corte raso de duas espécies nativas em terreno de propriedade particular, sem licença do Órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00792.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça, Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de investigar a instalação de empresa potencialmente poluidora sem o devido licenciamento ambiental.

LAGOA VERMELHA

1) Inquérito Civil nº 00801.00027/2012, pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar dano ambiental consiste na destruição de 1,22 hectares de floresta nativa sem licença do órgão ambiental competente.

MARAU

1) Inquérito Civil nº 00806.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Marau, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades em estabelecimentos de triagem e depósito de materiais recicláveis (resíduos sólidos), bem como eventual ocupação de área pública perpetrada pelos mesmos.

MARCELINO RAMOS

1) Portaria de Conversão de PI em Inquérito Civil nº 00807.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, com a finalidade de apurar notícia que se constitui, em tese, em dano ambiental praticado em área de preservação permanente, realizado para abertura de uma estrada, na Seção Planalto, interior do Município de Marcelino Ramos, não se sabendo, naquele momento, os nomes de todos os investigados.

MONTENEGRO

1) Inquérito Civil nº 01175.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Tomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa dentro e fora de Área de Preservação Permanente sem autorização do órgão ambiental competente, na localidade de Bom Jardim, Montenegro/RS.

2) Inquérito Civil nº 01175.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Tomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar descarte irregular, diretamente no solo, de embalagens vazias de produtos agrotóxicos, sem o devido licenciamento ambiental, contaminando o solo e o recurso hídrico (afluente do Arroio Despique) em Pareci Novo/RS.

3) Inquérito Civil nº 01175.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Tomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar construção de quiosque e escada de concreto em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, na localidade de Volta do Anacleto, em Montenegro/RS.

4) Inquérito Civil nº 01175.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Tomás

Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar lançamento indevido de resíduos sólidos (esterco in natura) diretamente no solo, proveniente do vazamento de estrebria em Montenegro/RS.

5) Inquérito Civil nº 01175.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Tomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar construção de obra em Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, em Pareci Novo/RS.

6) Inquérito Civil nº 01175.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Tomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar Produção de carvão vegetal sem autorização do órgão ambiental competente e sem possuir Cadastro Técnico Florestal, na localidade de Bom Jardim, em Montenegro/RS.

PEDRO OSÓRIO

1) Inquérito Civil nº 00823.00001/2012, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, com a finalidade de verificar a regularidade de funcionamento do matadouro DV GONÇALVES E CIA LTDA., localizado na Rua Maria Izabel de Souza, nº 197, Bairro CO-HAB II, Cerrito/RS.

PELOTAS

1) Inquérito Civil nº 00824.00003/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, pelo Promotor de Justiça Paulo Roberto Gentil Charqueiro, com a finalidade de verificar eventual ocorrência de dano ao patrimônio histórico e cultural da cidade de Pelotas.

PIRATINI

1) Inquérito Civil nº 00824.00003/2012, da Promotoria de Justiça Piratini, pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, com a finalidade de apurar a prática de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental, na localidade denominada "Cerro da Fumaça", RS 265, Piratini, RS.

PLANALTO

1) Inquérito Civil nº 00942.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental em decorrência de construção irregular de açude em área de preservação permanente, no Município de Planalto.

REDE AMBIENTAL IJUÍ

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01349.000143/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio Fiúza, nos trechos que atravessam áreas não urbanas do Município de Panambi, conforme elementos carregados aos autos do Volume F, do Inquérito Civil Regional nº 01349.00003/2008, para fins de fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nestes.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01349.000145/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio



01349.000284/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio Caxambu, nos trechos que atravessam áreas não urbanas do Município de Bozano, conforme elementos carreados aos autos do Volume k, do Inquérito Civil Regional nº 01349.00003/2008, para fins de fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nestes.

131) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01349.000285/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio Caxambu, nos trechos que atravessam áreas não urbanas do Município de Bozano, conforme elementos carreados aos autos do Volume k, do Inquérito Civil Regional nº 01349.00003/2008, para fins de fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nestes.

132) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01349.000286/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio Caxambu, nos trechos que atravessam áreas não urbanas do Município de Bozano, conforme elementos carreados aos autos do Volume k, do Inquérito Civil Regional nº 01349.00003/2008, para fins de fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nestes.

133) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01349.000287/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio Caxambu, nos trechos que atravessam áreas não urbanas do Município de Bozano, conforme elementos carreados aos autos do Volume k, do Inquérito Civil Regional nº 01349.00003/2008, para fins de fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nestes.

134) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01349.000289/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio Caxambu, nos trechos que atravessam áreas não urbanas do Município de Bozano, conforme elementos carreados aos autos do Volume k, do Inquérito Civil Regional nº 01349.00003/2008, para fins de fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nestes.

135) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01349.000290/2012, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar o seguinte fato: preservação e a recuperação dos corredores ecológicos (matas ciliares) do Rio Caxambu, nos trechos que atravessam áreas não urbanas do Município de Bozano, conforme elementos carreados aos autos do Volume k, do Inquérito Civil Regional nº 01349.00003/2008, para fins de fiscalização do cumprimento

do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nestes.

RIO PARDO

1) Inquérito Civil nº 00855.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Rio Pardo, pelo Promotor de Justiça Rui Prediger, com a finalidade de apurar a construção em área de preservação permanente, às margens do rio Jacuí, na localidade denominada Balneário Areal, no município de Rio Pardo (RS), sem licença do órgão competente.

2) Inquérito Civil nº 00855.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Rio Pardo, pelo Promotor de Justiça Rui Prediger, com a finalidade de apurar a captação de água para lavoura de arroz, através de um represamento feito no arroio cambaí sem a devida autorização dos órgãos competentes.

SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00861.00024/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental em decorrência das áreas de descarte existentes no Município de Santa Cruz do Sul.

SANTA ROSA

1) Inquérito Civil nº 00867.00008/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de averiguar possível manutenção de atividade sem atendimento integral das condições e restrições da Licença de Operação nº 01205-/2009-DL.

2) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00867.00003/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de para que conste como investigado: Hélio Rudi Hennig, pessoa física, portador do RG nº 1098860818, residente na Rua Roberto Schaff, 484/01, em Santa Rosa/RS.

SANTO AUGUSTO

1) Inquérito Civil nº 00876.000004/2012, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental ocorrido na propriedade do investigado, consistente na utilização de área de preservação permanente, localizada no Município de Santo Augusto, Sanga do Leonízio, como lavoura, a menos de 10 (dez) metros das margens desta, sem autorização do órgão competente, em uma área de aproximadamente 0,5 (zero vírgula cinco) hectare.

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 00890.00001/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Adriana Cruz da Silva, com a finalidade de com a finalidade de apurar derrubada irregular da mata ciliar das barrancas do Rio dos Sinos.

2) Inquérito Civil nº 00890.00002/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar dano ambiental – Captura irregular de peixes com rede de pesca, ocorrido na Rua Beco da Prainha, nº 250, Bairro Rio dos Sinos, nesta cidade.

3) Inquérito Civil nº 00890.00003/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Adriana Cruz da Silva, com a finalidade de apurar



irregularidades de natureza ambiental referente ao Centro de Eventos do Município, antigo Centro Esportivo "Imalas".

4) Inquérito Civil nº 00890.00006/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar poluição sonora.

SÃO MARCOS

1) Inquérito Civil nº 00948.00003/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora atmosférica.

2) Inquérito Civil nº 00948.00004/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar supressão de árvores nativas através de aterramento de área, contrariando a legislação em vigor.

3) Inquérito Civil nº 00948.00005/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar poluição sonora nas dependências do empreendimento denominado Bar All In Pub.

4) Inquérito Civil nº 00948.00006/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar poluição sonora nas dependências do empreendimento denominado Bar Estação 860.

5) Inquérito Civil nº 00948.00007/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar poluição sonora nas dependências do empreendimento comercial denominado República Bar.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil nº 00901.00005/2012, instaurado pela Portaria nº 04/12, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar comércio irregular de produtos in natura e criação de animais em desacordo com as normas legais.

2) Inquérito Civil nº 00901.00006/2012, instaurado pela Portaria nº 05/12, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar ocorrência de poluição sonora e atmosférica em estabelecimento localizado na Rua João Pessoa, em Sapiranga/RS.

3) Inquérito Civil nº 00901.00007/2012, instaurado pela Portaria nº 06/12, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar existência de loteamento irregular, localizado na Rua Amazonas, Altos do Arroio da Bica, entre o nº 4115 e a estrada denominada Beco dos Schnorr, em Nova Hartz.

4) Inquérito Civil nº 00901.00008/2012, instaurado pela Portaria nº 07/12, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental em face do corte de lenha, praticado, em tese, pelo investigado, em propriedade localizada no bairro Canudos, beco Verno Becker, em Nova Hartz/RS.

5) Inquérito Civil nº 00901.00009/2012, instaurado pela Por-

taria nº 08/12, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental em face do corte de vegetação e manejo de açude sem os devidos licenciamentos, praticado, em tese, investigado, em propriedade localizada no bairro Canudos, beco Verno Becker, em Nova Hartz/RS.

6) Inquérito Civil nº 00901.00004/2012, instaurado pela Portaria nº 03/12, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar irregularidades na industrialização de produtos de origem animal no estabelecimento Abatedouro GG Ltda.

SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 00907.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar do possível dano ambiental decorrente de empreendimento potencialmente poluidor na atividade de oficina mecânica de máquinas pesadas, sem a licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00907.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, na atividade de chapeação e pintura, sem a licença de órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00907.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de supressão de mata nativa e abertura de vala, em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00907.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de abertura de vala, em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 00907.00008/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da destruição de espécies nativas através de corte raso e destoque, sem licença do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 00907.00009/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de aterramento em nascentes caracterizando área de preservação permanente, impedindo a regeneração natural da vegetação, sem licença do órgão ambiental permanente.

7) Inquérito Civil nº 00907.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar destruição de espécies nativas sem licença do órgão ambiental competente.

8) Inquérito Civil nº 00907.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambi-



ental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor denominado lavagem de veículos, sem licença do órgão ambiental competente.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil nº 00908.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, com a finalidade de investigar se ocorreu dano ambiental no caso de construção de um prédio de propriedade da investigada, tendo em vista possível construção em APP.

TAQUARA

1) Inquérito Civil nº 00911.00015/2012, pela Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de apurar captação de água no Arroio Açoita Cavalo - Taquara/RS.

2) Inquérito Civil nº 00911.00002/2012, pela Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar irregularidades na atividade de lavagem de veículos automotores.

3) Inquérito Civil nº 00911.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar irregularidades na atividade de lavagem de veículos automotores.

4) Inquérito Civil nº 00911.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar apurar irregularidades na atividade de lavagem de veículos automotores.

5) Inquérito Civil nº 00911.00014/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de apurar captação de água no rio rolante sem autorização do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 00911.00025/2009, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de apurar corte raso de vegetação nativa em estágio médio e avançado de regeneração, em app.

7) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00085/2011, da Promotoria de Justiça Taquara, pelo Promotor de Justiça Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de incluir no pólo passivo Edegar Zimmer, residente na Rua Guerino Pandolfo.

8) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00086/2011, da Promotoria de Justiça Taquara, pelo Promotor de Justiça Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de incluir no pólo passivo Isidoro Gentil Marques.

9) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00137/2011, da Promotoria de Justiça Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de alterar o pólo passivo para: BIBIANO EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA., CNPJ Nº 07.476.307/0001-02, estabelecida na Estrada Integração, Rua das Flores, nº 10480, Localidade de Morro da Pedra, Município de Taquara/RS.

TORRES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01/2012, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, com a finalidade de apurar corte de árvores nativas em área de preservação permanente,

promovido por Arlei Justo Hoffmann, sem a devida licença e/ou autorização emitida pelos órgãos ambientais competentes.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 02/2012, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, com a finalidade de apurar funcionamento de estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos em desacordo com a licença de operação.

TRÊS COROAS

1) Inquérito Civil nº 01130.00002/2012, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar edificação em área de preservação permanente (margens de arroio).

2) Inquérito Civil nº 01130.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar edificação em área de preservação permanente (margens de arroio).

3) Inquérito Civil nº 01130.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar depósito irregular de combustível pela Secretaria Municipal de Obras, sem licença ambiental, apresentando possível vazamento.

TRÊS DE MAIO

1) Inquérito Civil nº 00916.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Pablo da Silva Alfaro, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ao meio ambiente, decorrente de destruição de vegetação nativa, em uma área de 600m², e de mata ciliar, em uma área de 240m², às margens do rio Buricá, além da existência de criação de gado na área de preservação permanente localizada na propriedade rural de Silvio Perkoski, em Alpargatas, interior de Boa Vista do Buricá.

TUPANCIRETÃ

1) Inquérito Civil nº 05/2012, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida filho, com a finalidade de apurar orientações aos proprietários de estabelecimentos que comercializam pilhas, lâmpadas, baterias e pneus sobre o sistema da logística reversa, nos termos do art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

2) Inquérito Civil nº 06/2012, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, com a finalidade de apurar depósito irregular de resíduos sólidos.

URUGUAIANA

1) Inquérito Civil nº 00922.00056/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte de Demétrio Egidio Gutierrez Silva, mediante transporte irregular de pescado (dourado) proibido pela legislação ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00922.00057/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte de Sérgio Artur Alves Soares, por manter em cativeiro animal da fauna silvestre (ratão do banhado) sem munir-se de licença ou autorização do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00922.00059/2011, da Promotoria de



Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental, mediante realização de pesca predatória com redes e malhas inferiores as medidas permitidas e/ou técnicas e métodos não permitidos.

4) Inquérito Civil nº 00922.00060/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar o depósito irregular de lixo urbano praticado pelo Município de Uruguaiiana, que está acarretando dano ambiental, sendo que o local de depósito é área de jazida da empresa Johrmann Mineração e Construção Ltda. e já existe decisão judicial determinando a reintegração de posse em caráter liminar.

5) Inquérito Civil nº 00922.00061/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte de Elton Messias Balestra e Elizandro Cornélio Polano, mediante realização de pesca com apetrechos não permitidos para modalidade amadora e/ou com técnicas e métodos não permitidos.

6) Inquérito Civil nº 00922.00062/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte de Orbanes Barbo Pavão e Wilson Brinck Pereira, mediante retirada de leiva de grama de logradouro público sem licença do órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil nº 00922.00063/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte de Rogério da Silva Rodrigues, por manter em cativeiro pássaros da fauna silvestre sem munir-se de licença ambiental ou autorização do órgão competente.

8) Inquérito Civil nº 00922.00064/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental provocado por José Luis Ferreira Prunes em razão da construção de nova barragem no local descrito na representação apresentada.

9) Inquérito Civil nº 00922.00065/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar prática de ilícito civil ambiental por parte de Helena Terezinha Gonçalves da Costa, por realizar transporte e comércio de carne e espécimes da fauna silvestre (capivara), sem licença do órgão ambiental competente.

10) Inquérito Civil nº 00922.00066/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte de Guilherme de Moura Saccol, por manter depósito e comércio de produtos agrotóxicos, sem munir-se de licença ambiental.

11) Inquérito Civil nº 00922.00067/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte de Gilberto Hom, mediante criação de porcos adultos e leitões, sem munir-se de licença ou autorização da autoridade competente.

12) Inquérito Civil nº 00922.00081/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa

de Barros, com a finalidade de apurar a prática de ilícito civil ambiental por parte dos responsáveis legais da Granja Santa Adelaide, consistente no uso de fogo em área de vegetação.

13) Inquérito Civil nº 00922.00076/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar as condições de segurança dos balneários públicos e locais tradicionais de banho no município de Uruguaiiana e interior.

VACARIA

1) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 002/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar corte seletivo de árvores nativas com uso de fogo, atingindo um total de 18 (dezoito) árvores nativas da espécie Araucária angustifolia, perfazendo um volume de 18,97m³ (dezoito vírgula noventa e sete metros cúbicos), fora de área de preservação permanente, tudo sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fato constatado no dia 20/12/2011, em propriedade sob responsabilidade do investigado, localizada na no município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 2999601).

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 00929.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente e construção de um barramento em um recurso hídrico, tudo sem licença ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00929.00012/2012, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, com a finalidade de apurar extração de recursos minerais sem licença ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00929.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no corte de vegetação nativa e posterior uso do fogo, sem licença ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00929.00014/2012, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, com a finalidade de apurar dano ambiental, consistente no corte de vegetação nativa em dois pontos, sendo um em APP, sem licença ambiental.

5) Inquérito Civil nº 00929.00016/2012, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, com a finalidade de apurar extração de recurso mineral sem licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente e sem autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de março de 2012.

MARTA LEIRIA LEAL PACHECO,

Coordenadora do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.